

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

# Adiante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## CONTRA A CARESTIA DA VIDA SÓ HÁ UM CAMINHO: A LUTA PELO AUMENTO IMEDIATO DOS SALÁRIOS!

A vida das classes pobres está transformada num verdadeiro inferno com a louca alta do custo de vida. Cada dia as donas de casa, em especial as que têm a seu cargo famílias numerosas de trabalhadores, empregados e funcionários públicos, olham apavoradas a escala dos preços e os mínguaos recursos de que dispõem para fazer face às suas constantes oscilações para a alta.

Os produtores agrícolas queixam-se justamente da miséria que recebem pelos seus produtos e toda a gente pergunta onde está a máquina infernal que faz subir os preços no mercado para mais do dobro daqueles que são pagos ao produtor. E esta máquina infernal, superiormente comandada por Salazar, cria por sua vez um ciclo infernal na vida da nação:

Os preços sobem, os ganhos diminuem, os produtos não se vendem, o desemprego aumenta, as actividades produtoras caem na ruína, a fome cresce. E aí está a crise a bater em cheio a agricultura, a indústria e o comércio não monopolistas do país e a provocar a maior miséria dos trabalhadores e suas famílias, enquanto os monopolistas arrancam lucros de fábula.

Todo este ciclo infernal é o resultado da política económica do regime salazarista, do seu parasitismo corporativo que estrangula como um polvo a economia e a vida do povo e da nação.

Em especial, a política de congelamentos dos salários está na base da miséria das classes laboriosas e do próprio marasmo da economia nacional. Na própria burguesia nacional cresce a ideia de que não é possível progredir e vencer a crise sem uma rápida e substancial elevação do poder de compra das massas.

A elevação dos ganhos dos trabalhadores é tão premente que dela se fazem eco vários órgãos da grande imprensa diária e mesmo certas autoridades da baixa hierarquia do Estado.

Durante a campanha eleitoral Salazar prometeu a elevação dos vencimentos do funcionalismo público, silenciando completamente a situação dos operários industriais e agrícolas, dos empregados e doutas categorias de funcionários como os municipais, corporativos, etc.

Pois bem, obrigamo-lo a cumprir a sua promessa e ao mesmo tempo lutemos para que todos os salários, jornais, vencimentos e ordenados sejam elevados de acordo com o aumento do custo de vida e numa percentagem maior para os ganhos mais modestos.

Entretanto, qualquer aumento será vão se não forem adoptadas severas medidas para sustar um novo aumento do custo de vida.

Diz «O Século» que o governo tem nas mãos a possibilidade de impedir tais aumentos, mas a verdade é que já se fala que o próprio governo vai elevar certos impostos e taxas duma maneira extraordinária e isso, a materializar-se, significaria que será ele que torna a iniciativa duma nova subida dos preços que rapidamente anulará toda a melhoria nas remunerações dos trabalhadores.

O governo, como instrumento dócil dos monopolistas, procurará, como sempre, responder com a demagogia mais descabida a estas questões vitais do povo.

O fascista Manuel Anselmo, na resposta ao Sr. Bispo do Porto, faz a defesa da política de salários de Salazar e diz cinicamente que depois da criação das corporações e da realização dos famigerados «planos de fomento», o salário vai mudar de nome — chamar-se-á «participação nos lucros» (!)

O demagogo Veiga de Macedo, o dos contratos colectivos da CP, dos corteiros e de outros que em alguns casos baixaram ainda os

ganhos dos trabalhadores, promete melhorias aos quatro ventos numão de quebrar o espírito de luta dos trabalhadores.

Não há entre tanto demagogia capaz de encobrir a realidade da vida das classes laboriosas do país. Em 1956 a cerca de 300.000 operários da indústria transformadora foram pagos salários médios de 17500 (cerca de 2 milhões e 224 mil contos nos 306 dias do ano) e só aos operários e empregados desse sector da indústria foram arrancados 449.000 contos para a «Providência» e o «Desemprego».

Mas os monopolistas e os grandes financeiros arrancam lucros leoninos!

Só os 9 maiores bancos do país viram os seus lucros aumentarem de 84.039 contos para 277.687 contos de 1946 a 1957. Quer dizer um aumento de 230,4%, em 11 anos! Será que os salários e vencimentos aumentaram na mesma proporção? Que as nossas donas de casa respondam. E isto é o que eles confessam...

(continua na 2.ª pág.)

## QUE SEJA ABOLIDA A CENSURA!

Salazar não pôde ignorar no seu discurso de 30-5-58, o mal estar provocado pela existência da censura, tão intensamente manifestado durante a campanha eleitoral, e viu-se na necessidade de acenar com a promessa de um «texto-legal que suprima, ou diminua as razões de queixa apresentadas».

A manhosa promessa salazarista, não conseguiu, no entanto, confundir as razões, nem diminuir a apresentação das queixas: em vez disso, as queixas são cada vez mais numerosas e provêm de todas as origens.

Na imprensa, quase todos os

jornais mais ou menos independentes, tomaram abertamente posição contra a censura, reclamando que se deixe «a todos os cidadãos esse direito indispensável à discordância... como se premite o direito de falar» («O Século» de 17-6-58), exigindo uma lei de imprensa «uma lei justa e humana... sem portas falsas nem alçapões, em que fiquem os direitos e os deveres que nos incumbem» («Diário de Lisboa» de 22-8-58), reconhecendo que «registando-se na vida nacional tendências diversas... só há vantagens em que essas tendências e contra-tendências meçam a luz do dia o peso e o alcance, a força e o valor dos respectivos argumentos» («A Voz» de 19-6-58) e concluindo que «um dos melhores meios de promover a concórdia nacional e de fixar normas de perfeita convivência é a liberdade de imprensa» («O Século» de 17-6-58).

A esta tomada de posição junta-se a imprensa das colónias, particularmente a imprensa angolana pelas colunas dos seus mais conhecidos jornais que como «O Lobo» proclamam que «ao contrário do sistema actual, preferimos os riscos e as responsabilidades da imprensa livre — única a dever considerar-se, realmente, (continua na 2.ª pág.)

## ILEGALMENTE

### O GOVERNO ADIA AS ELEIÇÕES PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA E LIMITA AS COMEMORAÇÕES DO 5 DE OUTUBRO

No dia 30 de Setembro os jornais deram a conhecer novas arbitrariedades do governo que ferem profundamente não só os sentimentos do nosso povo como as suas ardentes aspirações de que uma renovação política encaminhe o nosso país para a legalidade, a liberdade e a pacificação da família portuguesa.

Um decreto-lei do Ministério do Interior adia as eleições para as Juntas de Freguesia sem sequer marcar qualquer outra data. Uma nota oficiosa do mesmo ministério limita profundamente as comemorações do 5 de Outubro.

Com tais disposições e continuase a viver um regime de ilegalidade e de cerceamento das mais pequenas possibilidades de afirmação, dos desejos e aspirações populares.

Com o mais que estáfado pretexto dos «elementos subversivos», o ministério do Interior afirma-se serem autorizadas as comemorações do 5 de Outubro em Lisboa e, mesmo aqui, só permitindo a romagem ao cemitério, a deposição de flores no monumento a António José de Almeida e um jantar de confraternização.

E não se coíbe de afirmar que são estes os actos comemorativos «que habitualmente têm sido realizados em outros anos».

É evidente a mentira. Desde há

muitos anos para cá, sempre em Lisboa se têm realizado sessões, que agora são proibidas. E por todo o país, em muitas terras, sempre se realizaram romagens, jantares de confraternização, sessões e outros actos comemorativos.

Ante o desejo de comemorar pacificamente a gloriosa data do 5 de Outubro, é o governo que procura subverter, quer prendendo, como fez, um grupo de democratas que se reunira para assentar nessa comemoração, quer limitando cada vez mais os mais simples actos que congregam os sentimentos patrióticos e democráticos do nosso povo.

Porque sucede isto?

O governo vive horas difíceis, numa altura em que o descontentamento e a oposição à sua política atinge novas correntes e mina o seu próprio interior.

É pelo recurso à arbitrariedade, à sufocação dos anseios populares e à repressão que Salazar quer vencer a grave crise que atravessa.

É esta mesma razão que explica o decreto-lei sobre as Juntas de Freguesia. Apesar do regime de opressão existente, as próximas eleições, que se iriam realizar no mês de Outubro, abriam uma possibilidade de mobilização do descontentamento popular contra a política salazarista.

É isso que é preciso impedir, mesmo que seja necessário recorrer à pura legalidade, alicerçada em justificações ocas e sem sentido, como sucede com este último decreto-lei.

Quem subverte, isto é, quem previerte ou quem põe em estado de desordem, não são os que desejam fazer ouvir, pacificamente, a sua voz de cidadãos portugueses, escolher os seus representantes ou comemorar as datas históricas da nossa Pátria, mas sim quem prende arbitrariamente, quem impede a liberdade de opinião e de voto, quem restringe as comemorações patrióticas e populares.

Contra a subversão realizada pelo regime de Salazar, há que unir cada vez mais os cidadãos portugueses, pois estes serão capazes de impôr para o nosso País a ordem assente nas liberdades democráticas, a legalidade e a justiça.

É em defesa da legalidade que devemos protestar contra o adiamento das eleições para as Juntas de Freguesia.

É em defesa dos interesses do nosso povo que devemos exigir a marcação dessas eleições para breve e que devemos manter as comissões que se formaram para a defesa dos interesses locais e criar, por todo o lado novas comissões com esse objectivo.



AGOSTO DE 1953	idem	241,00
Ajuda aos	idem	20,00
apoiados	idem	16,50
pistas	Liberdade	
políticas	políticos	100,00
Algarve revo-	Libertação	
lucionário (7)	Georgelpe	
Arpilla	Ferreira	
lira C	Magalhães de	
Aviação de	Lima (7)	50,00
microfina	Machado	150,00
Belmonte (7)	Mira (2-3)	100,00
Comandante	Mocim	100,00
Com (8)	mocracia	100,00
Comércio com	Para os seus	
e Leste	comandados à	500,00
Dierpfer (7-8)	Stokanov (7)	61,30
Exterior (7)	Um Democr	100,00
Frota Armada	Unidade pela	
Idem	Amnistia	100,00
Imprensa Revo-	Idem (12)	50,00
lucionário (6)	20 de Março	50,00
Krohnlein (8)		
Lépine O	TOTAL	2.474,50



## A POLITICA MONOPOLISTA DE SALAZAR CONDUZ À RUÍNA A INDÚSTRIA CORTICEIRA

A indústria corticeira e o comércio estão de novo a ser batidos em pleno pela crise. Quais são as suas causas?

A principal é a política monopolista — de discriminação comercial praticada por Salazar, que permite e protege no país as manobras anti-nacionais de dois poderosos trusts americanos — a Armstrong Cork Co. e a Mundet — que se entendem para eliminar do mercado mundial os produtos de cortiça e promover a sua substituição por sucedâneos artificiais, de que são dos principais produtores.

A Armstrong e a Mundet controlam de facto o nosso comércio externo da cortiça e a última, por intermédio da «Isola», controla de facto toda a produção e comércio de aglomerados. Como se sabe, a cortiça é o nosso primeiro produto de exportação o que significa que a falta maior do nosso comércio exterior é dominada por estas duas empresas monopolistas americanas. Da cortiça vivem mais de 20.000 operários e algumas centenas de pequenos e médios industriais. A existência de mais de 50.000 portugueses está assim ao sabor destas mananças monopolistas.

As manobras da Armstrong e da Mundet conduziram a uma falta artificial dos preços da matéria prima e dos aglomerados no mercado mundial, a fim de facilitar a concorrência dos sucedâneos artificiais que pouco a pouco desalojaram os produtos de cortiça. No próprio mercado nacional os industriais portugueses tiveram de adquirir a matéria prima aos preços ditados por aquelas empresas, o que os impediu de concorrer vantajosamente com elas no mercado mundial.

Por outro lado, com a discriminação no nosso comércio exterior em relação aos países do Campo Socialista o rico mercado destes países não é devidamente aproveitado pelos nossos produtores de cortiça, o que facilita as manobras monopolistas daquelas empresas americanas e da Isola assegurando-lhes lucros fabulosos.

E agora aí temos o resultado desta política criminosas: os sucedâneos substituíram já numa grande medida os produtos de cortiça, embora não tenham as suas magníficas propriedades de isolamento, leveza, impermeabilidade e outras. Em consequência disto, a nossa indústria rolheira e de discos, vegetam numa crise sem precedentes. Só na América, por exemplo, enquanto os sucedâneos eram apenas utilizados em 1955 em cerca de 40%, dos mais de 6 milhões de garrafas de vinhos vários, são-nos agora em 70%, e as boias de pesca, que em 1955 eram quase exclusivamente de cortiça, são agora cerca de 90%, em material plástico.

Não se pode impedir o progresso e a crescente aplicação dos sucedâneos, que em vários casos são mais vantajosos, mas uma política inteligente e, sobretudo, independentemente dos monopólios, teria possibilitado o desenvolvimento da indústria corticeira nacional e permitido assegurar o pão a tantos milhares de portugueses.

Não é ainda tardes se os operários e os pequenos e médios industriais corticeiros e mesmo os grandes se unirem lutar pela libertação das guerras monopolistas da Mundet e da Armstrong e pela liberdade de comércio com os países do Leste, obrigando o governo de Salazar a atender os verdadeiros interesses nacionais.

## QUE SE PONHA UM DIQUE À REPRESSÃO

Em cada vez maior a necessidade de desmascarar e de protestar contra a acção repressiva encabeçada pela PIDE.

Há que espalhar bem o que se passa mas, mais do que isso, há que dirigir às autoridades, desde as locais até ao ministro do Interior e Presidentes do Conselho e da República, protestos vementes contra as prisões e as torturas.

Se se souber esclarecer e atrair tais protestos os companheiros de trabalho e as pessoas conhecidas de cada preso, bem como as pessoas de maior prestígio em cada local, os protestos e reclamações atingirão uma força capaz de impor um dique à repressão.

Eis mais alguns cidadãos portugueses recentemente presos e maltratados pela PIDE.

**José Carreira** (operário da Marinha Grande) esteve de «estátua» durante 7 dias e não lhe permitiram dormir durante 10 dias.

**Severiano Pedro Falcão** (empregado de Alhandra) depois de banos de prisão voltou há pouco a ser de novo encarcerado por simples retaliação da PIDE. Está incommunicável nas casamatas do Forte de Caxias onde não lhe têm dado muitas nem o tratamento que o seu débil estado de saúde reclama.

**Manuel da Costa** (operário da Refinaria do Ultramar — ex-Refinaria Colonial) tem sido espancado selvaticamente e encontra-se preso incommunicável.

**Rogério de Carvalho** (empregado de Seguros no Porto) depois de ter estado encarcerado perto de 5 anos, terminados ainda não há muito tempo, voltou a ser preso pela PIDE que o matém incommunicável já há meses.

**José Gomes** (operário da construção civil em Lisboa) tem também sido mantido incommunicável há vá-

rios meses. Sua esposa, que foi igualmente presa, embora se encontre tuberculosa, é mantida nos cárceres da PIDE juntamente com seus dois filhinhos de tenra idade.

Dezenas de operários agrícolas do Alentejo e de operários da Póvoa, Alverca, Alhandra, e outras localidades, foram também recentemente encarcerados e submetidos às torturas da PIDE.

Nas prisões do Porto, Peniche, no Aljube de Lisboa, na Penitenciária e em Caxias centenas de portugueses, alguns com as penas cumpridas, estão em risco de ser assassinados e torturados como sucedeu ao operário poveense Raul Alves e outros. Numerosas mulheres patriotas sofrem diariamente os maus tratos da PIDE e de carcereiros sem escrúpulos. **Georgette Ferreira**, apesar de hospitalizada continua debaixo de prisão. Além da esposa do democrata José Gomes, estão ainda presas em Caxias, **Maria Ângela**, (há mais de 5 anos), as irmãs **Maria Cecília** (presa há mais de 3 anos), e **Maria Fernanda**, **Aida Magro**, **Ivone Dias Lourenço**, presa há cerca de um ano sem julgamento, **Olivia Lebre** e a jovem **Maria Amélia Alçada Padéz**.

Torna-se necessária a união de todos os portugueses de coração e a ajuda das pessoas progressistas de todo o mundo para que seja delidida a cega repressão salazarista.

Apelamos para a acção de todos os democratas e anti-salazaristas portugueses, para as organizações católicas progressistas, para as organizações internacionais como a ONU, a Cruz Vermelha Internacional e a sua congénere portuguesa, as associações de antigos combatentes, de juristas, etc., para que se ponha um dique à repressão contra o nosso povo!

Torna-se necessária a união de todos os portugueses de coração e a ajuda das pessoas progressistas de todo o mundo para que seja delidida a cega repressão salazarista.

Apelamos para a acção de todos os democratas e anti-salazaristas portugueses, para as organizações católicas progressistas, para as organizações internacionais como a ONU, a Cruz Vermelha Internacional e a sua congénere portuguesa, as associações de antigos combatentes, de juristas, etc., para que se ponha um dique à repressão contra o nosso povo!

## A LUTA POR AUMENTO DE SALÁRIOS ESTÁ NOBILIZANDO OS TRABALHADORES

de 40.500 e a rectificação das catenárias.

Em S. Domingos também mais de 70 mineiros que levavam 70 assinaaturas de companheiros seus, falaram à Direcção do Sindicato expondo a necessidade da elevação dos salários pelo menos em 10.800. Embora a Direcção do Sindicato procurasse defender os patões (1), comprometeram-se a levar esse pedido à direcção da empresa.

Igualmente os corticeiros têm realizado concentrações junto dos Sindicatos do Seixal, Montijo, Barreiro e Almada, para aí apresentarem as suas reclamações de aumento de salários e o dias de trabalho.

Em Lisboa, os trabalhadores de Carris, por meio duma exposição que recolheu mais de mil assinaturas, levaram o Sindicato do Pessoal, bem como outros Sindicatos, a denunciar o contrato colectivo de trabalho. A reivindicação principal apresentada é a do aumento de salários.

Em outras empresas de Lisboa, como a Companhia dos Telephones, Sorefame, Alfredo Alves, etc., os trabalhadores lutam igualmente por aumento de salários.

Também em Belezim os operários agrícolas que trabalhavam para o Dr. Ferrão recusaram-se a aceitar a jornada de 20.500. Embora o agrário tivesse chamado outros trabalhadores, em virtude de igual posição destes, foi obrigado a pagar 25.500.

Em Oliveira de Azemeis, no Centro Vidreiro, houve um aumento geral de salários e em S. João da Madeira, na indústria de chapelaria houve um aumento quase geral embora insignificante pois foi de 1500 e 2500 por dia. A antiga reivindicação de aumento de 33.500 para 40.500 permanece pois de pé.

A elevação dos salários, que permite, à grande massa dos trabalhadores portugueses, sair do baixíssimo nível devida, da verdadeira miséria em que vivem e que o aumento constante do custo da vida tem vindo sempre a agravar, é, actualmente, a aspiração mais sentida.

Em todas as empresas, em todos os locais há que ouvir muito bem os nossos companheiros de trabalho, há, que asseniar, em reuniões, qual o aumento concreto que devemos pedir e há que, pelas formas mais adequadas para cada situação, levar por diante a justa luta por um aumento geral de salários.

## Liberdade para Alvaro Cunhal!

Alvaro Cunhal, o grande patriota português que o salazarismo mantém ilegalmente encarcerado, recolheu de novo à Penitenciária afada mal restabelecido da operação cirúrgica a que foi submetido no hospital de S. José sob a vigilância odiosa da PIDE. A sua libertação é necessária para lhe defender a vida. Esse é o apelo que sobe da boca de todos os portugueses honrados e de muita gente progressista de vários países.

A campanha para a sua libertação deve ser intensificada, perto

duma centena de personalidades das mais representativas da intelectualidade portuguesa redigiram um apelo para o qual foram já recolhidas centenas de assinaturas. Este mesmo apelo foi agora secundado por mais de 700 destacadas personalidades da vida política e intelectual francesa.

A manutenção ilegal de Alvaro Cunhal na prisão é uma das maiores arbitrariedades do regime, uma das que mais fere o sentimento de justiça e humanidade dos portugueses.

Para que finalmente Alvaro Cu-

nhal seja libertado e possa regressar ao seio da sua família, torna-se necessário transformar este sentimento em acção, isto, que são as únicas formas de fazer escutar pelo governo as reivindicações populares.

Escrevei ao Governo, ao Presidente da República, às autoridades civis e militares, ao senhor Cardeal Patriarca e outras entidades religiosas protestando contra a prisão ilegal de Alvaro Cunhal!

Assim em massa o apelo dos intelectuais portugueses para a sua libertação!



## SAUDAÇÃO AO XI CONGRESSO DO P. C. DA CHECOSLOVÁQUIA

Embora saibamos que a resolução destes problemas não será levada a cabo pelo regime colonialista de Salazar nem sem uma luta dura e difícil dos povos das colónias portuguesas, muito poderá ser feito naquele sentido se a esta luta se juntarem todos os portugueses progressistas, ciosos da liberdade e da independência de todos os povos sem considerações de raça ou de cor.

## MIL CONTOS

Transp.	317,493\$50	Medicina Socialista	30,00
A aviação está com o povo	20,00	Milhões X cultura	80,00
Benito		Paz, Paz e cultura	20,00
Caraca	1,000,00	Paz com milhões	100,00
Cartão Democrático	650,00	Idem	1,000,00
Clerinha	1,000,00	Por Angola	200,00
Construtor	500,00	Schick IV	400,00
Coupon	1,666	Um Alfenegório	1,000,00
Idem 2.392 a 2.397	30,00	democrata	100,00
Coupon 2.493	5,00	Um demô	5,000,00
Desportista		Um grupo de democratas	270,00
Merizita	40,00	Um levoador	2,000,00
Engenheiros	320,00	Um Médico	
Exército progressista	200,00	Um jornalista	1,000,00
Força Armada Democrática	150,00	Vassiliev	50,00
		1 coupon	500,00
		2 coupons	900,00
	350,00	TOTAL	331.503\$50